

ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES EM ARQUIVOS PESSOAIS: A INTERDISCIPLINARIDADE COMO INSTRUMENTO¹

Camilla Campoi de Sobral²

Patrícia Ladeira Penna Macêdo³

RESUMO

O presente trabalho busca construir um diálogo interdisciplinar entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções de forma a potencializar as maneiras de se pensar os arquivos pessoais. Os conhecimentos oferecidos pelos aportes teóricos das Ciências Sociais sobre emoções instrumentalizam o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas tão recorrentes nos documentos íntimos. Um arquivo pessoal é o registro criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e invariavelmente apresentará seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. Consideramos também, que além de abrigar as muitas personas do produtor, um arquivo pessoal é produto do contexto em que o produtor esteve inserido no momento da produção documental. A partir desses parâmetros entendemos que arquivos produzidos em contextos limitados pela inserção do produtor em espaços restritivos ou de exceção merecem uma delimitação e um tratamento apropriado. Para relacionar as questões propostas utilizamos como objeto de análise o arquivo Lucia Velloso Maurício, presa entre 1971-1974 durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos Pessoais. Antropologia das Emoções.

¹ Artigo agraciado com o 2º lugar no “Prêmio REPARQ 2017 - Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia”, concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

² Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Arquivista na empresa Grifo Projetos Históricos e Editoriais. E-mail: millacampoi@gmail.com.

³ Professora Assistente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); Mestre em História Social e graduada em História e Arquivologia pela UFF. E-mail: patriciapenna@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas sobre arquivos pessoais, apesar das crescentes iniciativas, são um campo ainda em desenvolvimento teórico, e ocupam uma posição periférica frente aos demais estudos arquivísticos. Esses arquivos, produzidos no cotidiano da vida de um indivíduo inserido numa época específica, possuem especial relevância na construção de uma memória coletiva. Ao adentrarem as instituições de preservação ou de memória, passam a ser reconhecidos como patrimônio social e oferecem ao usuário uma perspectiva diferente dos documentos produzidos no âmbito institucional.

De acordo com José Maria Jardim (2012), por muito tempo a produção do conhecimento arquivístico foi pensada a partir de dimensões empíricas, cujos resultados eram registrados em manuais e modos de fazer. As perspectivas atuais da área dialogam com a construção da pesquisa e a produção de conhecimento pelo arquivista, que atua no papel de pesquisador, produzindo reflexões e promovendo a oxigenação da área.

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre os seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares (JARDIM, 2012, p.136).

O processo de produção do conhecimento, como assinala Jardim, tem se revelado um exercício saudável no reconhecimento de novas indagações e no encontro de respostas. Trata-se, portanto, de um posicionamento do arquivista, que assume uma atitude científica no desempenhar de suas funções e reflexões. No que tange ao tratamento dos arquivos pessoais, função de pesquisa, pressupõe a compreensão de todo o processo de construção desses arquivos: quem foi o seu produtor, seu papel na sociedade e funções desempenhadas.

Desta forma, a elaboração de pesquisas sobre conjuntos arquivísticos pessoais contribui para a Arquivologia ao promover a problematização, ao incitar discussões que visem o desenvolvimento da área e ao potencializar os usos dos arquivos pessoais. Nesse sentido, torna-se essencial a reflexão em torno das práticas e metodologias, como a descrição arquivística, foco deste trabalho.

A descrição arquivística, segundo o teórico americano Theodore Schellenberg (2002), deve facilitar o uso dos arquivos, mesmo que isso signifique a elaboração de diferentes instrumentos de pesquisa para classes diversas de pesquisadores. Importante ressaltar que o autor inclui o usuário dentro da discussão sobre a descrição arquivística quando a identifica como uma ponte entre usuário e o acervo.

Os arquivos pessoais representam um fecundo campo de pesquisa e também um desafio, pois o tratamento desses conjuntos documentais — que, por sua natureza, possuem nuances e especificidades próprias — exige do arquivista pesquisador esforço e sensibilidade ao representar tais conjuntos por meio de instrumentos de pesquisas.

A descrição e o tratamento da informação de documentos privados pessoais apresentam um grau maior de dificuldade, relacionada em grande medida ao contexto de produção, ao uso e à guarda que perpassam a história do fundo. E agravada, em geral, pela escolha de termos e o uso da normatização em detrimento da especificidade do acervo.

As normas de descrição arquivística têm crucial importância no intercâmbio de informações. Entretanto, uma elaboração mais refinada, que consiste na representação intelectual do acervo pessoal, deve ser realizada pelo arquivista através da pesquisa e em relação direta com o contexto e os documentos a serem descritos.

As particularidades inerentes aos documentos pessoais pressupõem, por parte dos arquivistas, formulações de abordagens que busquem a potencialização desses conjuntos. Diante das dificuldades enfrentadas pelos profissionais no próprio escopo teórico da área e no que tange ao tratamento documental desses conjuntos, acreditamos que iniciativas pautadas em uma abordagem interdisciplinar sejam passíveis de oferecer subsídios para a elaboração de práticas que possibilitem um tratamento com vistas a potencializar a descrição e, conseqüentemente, o acesso a esses conjuntos.

Nesse sentido, a partir dos aportes teóricos da Antropologia sobre emoções, propomos nesse trabalho instrumentalizar o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas tão recorrentes nos registros íntimos. Um arquivo pessoal é criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. A partir do estudo das cartas de Lúcia Velloso Maurício, ex-presa política no período da ditadura militar, busca-se problematizar a representação das emoções em uma abordagem interdisciplinar no processo da descrição arquivística.

2 ARQUIVOS PESSOAIS E ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Os documentos pessoais são registros de ações e atividades do produtor no decurso de sua vida e seu cotidiano, e funcionam como prova de suas ações. No entanto, existe certa dificuldade no reconhecimento do *status* arquivístico desses conjuntos documentais. Para um maior esclarecimento em torno de tais afirmativas, optamos por apresentar as definições de documento e documento arquivístico, desenvolvidas por importantes autores de línguas latinas, que fundamentam e conversam salutarmente com a terminologia brasileira. Dessa forma, de acordo com a espanhola Antonia Heredia Herrera, o documento pode ser definido como:

[...] todo registro de informação independentemente de seu suporte físico. Abarca tudo o que pode transmitir o conhecimento humano e [...] tudo que tenha um caráter representativo nas três dimensões e que esteja submetido à intervenção de uma inteligência ordenadora (HEREDIA HERRERA, 1991, p.122).

Enquanto que o documento arquivístico, para a também espanhola Vicenta Cortés Alonso, seriam aqueles:

[...] acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição, pública ou privada, no curso da gestão de assuntos de qualquer natureza, os produzidos e recebidos, de qualquer data, os quais são conservados e custodiados para servir de referência, como testemunho e informação, pelas pessoas responsáveis por tais assuntos e seus sucessores (CORTÉS ALONSO, 1989, p.31).

No que diz respeito ao conceito de arquivo pessoal, podemos afirmar que são constituídos por documentos de arquivos, uma vez que são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem e refletem, assim, o seu contexto de produção. Nesse sentido, são documentos naturalmente nascidos a fim de cumprirem determinada atividade/função. A complexidade encontra-se justamente no fato do indivíduo desempenhar diversas atividades no decurso de sua vida, e a produção documental decorrente não estar determinada por normas institucionais, bem como a sua acumulação e/ou descarte.

No caso dos arquivos pessoais, a subjetividade, a vontade e a expressão individual do produtor são refletidas nos documentos, tornando-os múltiplos e diversificados. Reconhecidos como a forma registrada da vida do indivíduo em sociedade, onde suas

funções e atividades nem sempre são fáceis de serem dissociadas, tornam-se um desafio para o arquivista no processo de representação – a descrição arquivística.

O entendimento presente na área de que, para arquivos pessoais, uma única formulação teórica não supriria todas as necessidades individuais, e que “cada caso é um caso”, também dificulta alcançar um consenso sobre as formas de abordagem e tratamento. Essa premissa levou inclusive a pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2009) a utilizar-se do pleonasmo em seu artigo *Arquivos pessoais são arquivos*.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza (CAMARGO, 2009, p.36-37).

A preocupação tardia dos arquivos pessoais no escopo teórico da Arquivologia - que tradicionalmente dedicou-se aos arquivos institucionais - relegou os arquivos pessoais aos cuidados das bibliotecas e dos bibliotecários, conforme destacou Terry Cook (1992). Essa responsabilidade adquirida pelas bibliotecas, em preservar e guardar os arquivos pessoais, gerou impactos no tratamento dado a esses conjuntos que, sob custódia da divisão de manuscritos das bibliotecas, eram organizados a partir de coleções.

Esse estatuto estabelecido historicamente manteve-se duradouro nas agendas arquivísticas, uma vez que a primeira definição para arquivos pessoais só aparece em um manual no ano de 1928, na obra do italiano Eugenio Casanova.

Apesar dos esforços iniciais, a área só reconhece e se detém na produção de conhecimento para esses acervos a partir das iniciativas que permitiram a institucionalização dos documentos pessoais e o seu uso mais amplo pelos usuários. Este processo facilitou a inserção de tais arquivos na pauta de discussão dos arquivistas, que até então se dedicavam majoritariamente aos arquivos institucionais.

A inserção dos arquivos pessoais em instituições de custódia possibilitou a explicitação das dificuldades no tratamento documental destes conjuntos. Em sua maioria, esses arquivos são compostos predominantemente por correspondências, e o tratamento documental destinado às cartas sempre se apresentou como controverso.

Novamente, o autor norte-americano Schellenberg (2002), ao abordar o que ele intitula de *coleções naturais*⁴, ou seja, os arquivos pessoais, enfatiza que as correspondências que compõem esses conjuntos não devem ser arranjadas, apenas organizadas em ordem cronológica.

Essa teoria apresenta-se em numerosos instrumentos de pesquisa de diversos países⁵ que atribuem uma série às correspondências como forma de mantê-las juntas por ordem cronológica. Desta forma, cria-se um *status quo* no tratamento das correspondências em arquivos pessoais, onde o arranjo das cartas é formado por séries descritas e indexadas somente a partir de informações sobre o remetente e o destinatário das missivas.

Essa abordagem, apesar de ser amplamente disseminada, apresenta alguns problemas, principalmente em relação à ambiguidade sobre o lugar das cartas nos arquivos pessoais. Esses conjuntos que representam um volume extensivo nos arquivos pessoais também são um desafio ao tratamento documental. No desempenho das práticas citadas, acabam por proporcionar uma abordagem reducionista a esses conjuntos e, conseqüentemente, a promover o não acesso.

As cartas e correspondências pessoais também são um desafio para a descrição. Essa atividade é defendida por Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012) como puramente de pesquisa.

A descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observamos, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo (OLIVEIRA, 2010, p.46).

Conforme aponta a autora, a descrição arquivística não deve ser uma tarefa simplificada de elaboração de instrumentos de pesquisas. Este é um dos produtos do processo descritivo, mas não traduz todo o conhecimento do arquivista sobre o acervo. A

⁴ Em *Arquivos modernos*, Schellenberg chama de *coleções naturais* o que entendemos como arquivos pessoais. A adoção do termo provém da tradição das bibliotecas em denominar os arquivos pessoais pelo termo *coleção*. Em seu livro, Schellenberg ainda diferencia as *coleções naturais* das *coleções artificiais*, onde as segundas seriam as *coleções* constituídas de documentos pessoais.

⁵ Em uma fase preliminar a esse trabalho, foi realizado um levantamento nos instrumentos de pesquisa de arquivos pessoais da *Library of Congress* (EUA), *National Archives* (Reino Unido), *Archives Nationales* (França) e *Minnesota Historical Society* (EUA) e Arquivo Nacional (Brasil). Esse levantamento por amostragem identificou que a representação destinada às correspondências segue a proposta de Schellenberg.

ação de pesquisa no processo de descrição que visa representar intelectualmente um conjunto documental deve ser registrada nos instrumentos de pesquisa, de forma que auxiliem o usuário na compreensão do contexto documental e ofereçam informações que potencializem o entendimento do acervo descrito.

A descrição por si só baseada nos moldes arquivísticos até então disseminados na área não dá conta de representar o universo diversificado das correspondências pessoais. Nesse caso, abordagens interdisciplinares são alternativas, ao iluminarem aspectos próprios dos documentos pessoais. Segundo Bellotto (1998, p.108), esses arquivos são “interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares”.

Essa perspectiva oferece aos arquivistas uma nova forma de abordagem dos arquivos. A partir de um diálogo interdisciplinar, poderia suprir lacunas no que tange à diversidade documental dos arquivos pessoais. De acordo com Elisabeth Kaplan (2002, p.209 – tradução nossa), os arquivistas podem fazer comparações significativas lendo fora de seu campo de disciplina, e em relação com a Antropologia, com a qual os arquivos compartilham características-chave como a preocupação com questões de representação, descrição e cultura.

Nesse contexto, os estudos sociais produzidos sobre as emoções podem instrumentalizar o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas presentes nos registros íntimos recorrentes nesses conjuntos. O arquivo pessoal é criado pelo indivíduo para atender sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará testemunhos de afetos, desafetos e a expressão de sentimentos. Cartas de amor, saudade, luto ou até mesmo mágoa devem ser descritas apenas como “carta” no processo de tratamento documental de um arquivo? Estamos realmente potencializando o acesso dessa forma?

Longe de pretender realizar uma análise sociológica sobre os documentos de um arquivo pessoal, o nosso intento, nesse artigo, é o de demonstrar a possibilidade de utilização de uma orientação teórica capaz de fornecer instrumentos possíveis para capturar as informações e relações dos contextos que envolvem a gênese da produção documental.

Os documentos pessoais concebidos em contextos diversos se encaixam para formar um cenário que compõe a intimidade, exigindo do arquivista uma “reeducação do olhar” a fim de identificar conexões contextuais fortemente marcadas pelos códigos, signos e gramática social.

Nosso entendimento de “reeducação de olhar” indica a necessidade de uma interlocução entre os contextos que permeiam a construção do arquivo e o produtor, para além das subjetividades e por meio da alteridade. O antropólogo Roberto DaMatta, ao ressaltar a alteridade, afirma:

De como nós, do alto da nossa chamada modernidade, necessariamente criamos paradoxos e “outros” produzidos por nossas práticas sociais, esses “outros” que – tal como ocorre com os documentos – podem eventualmente se voltar contra nós. Pois tudo o que fazemos tem a ver com a escrita e, ademais, é fixado numa escritura (DAMATTA, 2005, p.57).

Nesse sentido, da mesma forma que a Antropologia estuda as comunidades por meio da questão da alteridade, cabe aos arquivistas esse repensar na sua prática diária de construções de representações. Em seu mais fino trato, esse tratamento deve identificar os contextos que permeiam a gênese e também o conhecimento do produtor desses documentos.

O processo de construção das emoções como objeto de estudo social é longo e remonta aos esforços pioneiros das Ciências Sociais como área do saber. Embora a questão das emoções apareça em trabalhos de antropólogos e cientistas sociais, essa figuração é muitas vezes secundária. A presença dos afetos sempre foi identificada como parte da vida social, sem, no entanto, representar um objeto autônomo de investigação.

Esse quadro deve-se, sobretudo, ao *status* dúbio das emoções; embora elas estejam presentes como elementos da interação social, também são vistas como realidades psicobiológicas, relativas à experiência do individual como fenômenos subjetivos, mesmo que as sociedades regulassem a sua expressão. Sendo assim, eram vistas como de interesse prioritário da Psicologia.

Mesmo como tema controverso, as emoções foram analisadas por sociólogos clássicos, como Émile Durkheim e Georg Simmel. Ambos fizeram considerações significativas no sentido de mudar essa perspectiva. Apesar de seus textos abordarem as emoções como campo subjetivo, cada um por seu caminho demonstra que existem sentimentos produzidos socialmente, nas relações sociais, e que possuem efeitos significativos nas interações e na coletividade. Assim, em seus estudos, as emoções ganham *status* de elementos sociais.

Nesse âmbito, vale destacar o sociólogo francês Marcel Mauss, que contribuiu para avançar a reflexão em torno da relação indivíduo-sociedade. Em um artigo em que analisa os ritos funerários australianos, o autor observa que as expressões de sentimentos - como gritos, lamentos ou lágrimas - são uma externalização de sentimentos internos, mas também obedecem a uma gramática social pertinente ao grupo social no qual está inserido. Desta forma, a expressão de sentimentos é uma linguagem pela qual o indivíduo comunica aos outros o que sente em um código comum, socialmente entendido e validado, e, ao mesmo tempo, também comunica a si mesmo aquilo que sente.

O estudo das emoções ganhou força a partir de 1970, através de uma abordagem interpretativa da Antropologia. Nessa perspectiva, a noção de cultura como padrões de comportamento foi repensada e definida a partir do pensamento de teias de significados, transmitidas por símbolos e interpretadas de maneira específica de sociedade para sociedade. Esses trabalhos também enfatizaram a articulação entre emoção e concepções de pessoa com as esferas da moralidade, estrutura social e de relações de poder.

O desenvolvimento da Antropologia das Emoções como campo deu-se efetivamente nos Estados Unidos, a partir de meados da década de 1980. O marco foi a publicação de um texto que tornou-se referência obrigatória nesses estudos: o trabalho de Michelle Rosaldo (1984), que aborda a influência da perspectiva interpretativista de Clifford Geertz sobre o estudo antropológico dos afetos. A autora, com base em diversas comparações de cunho etnográfico com material obtido em trabalho de campo junto aos *Ilongot*⁶, demonstra como a cultura (em sua dimensão pública e simbólica) interfere na experiência psicológica dos indivíduos.

A autora adota como ponto central “o reconhecimento do fato de que o sentimento sempre recebe sua forma através do pensamento, e de que o pensamento é carregado de sentidos emocionais” (ROSALDO, 1984, p.143, tradução nossa). Em uma tentativa de esclarecer a fronteira entre pensamento e sentimento, a autora conclui que os sentimentos são práticas sociais, estruturadas pelas formas de compreensão e concepção do corpo, do afeto e da pessoa (estas, por sua vez, culturalmente definidas), o que leva a uma desconfiança quanto à suposição da universalidade das emoções. Esta perspectiva, cuja essência pode ser definida como a crença no caráter culturalmente construído das

⁶ Ilongot é uma tribo que habita o sul da Serra Madre e Montanhas Caraballo, nas Filipinas.

emoções, é também o que orienta as reflexões de Catherine Lutz (1988) sobre a concepção euroamericana das emoções, em que esboça um minucioso quadro da forma euroamericana de conceber o plano emocional da experiência humana, no qual a oposição-chave seria emoção/pensamento.

As pesquisas de Rosaldo e Lutz, em seus esforços de teorização sobre o fenômeno emocional a partir de comparações entre materiais etnográficos distintos, podem ser entendidas como a problematização dos sentimentos sociais, na qual as próprias ideias de pessoa e subjetividade passam a ser vistas como construções culturais.

Recentemente, o estudo antropológico das emoções passou a enfatizar o elemento do contexto em que se manifestam os conceitos emotivos, buscando assim ir além das relativizações específicas e analisar de forma mais pragmática as situações sociais em que eles são expressos (REZENDE; COELHO, 2010). A preocupação dessa abordagem contextualista é dupla: demonstrar como o significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social e atentar para as consequências da expressão de sentimentos nas relações sociais e de poder.

Dessa forma, a Antropologia das Emoções, ao longo de sua trajetória, estruturou-se como campo não apenas de estudos etnográficos, mas também na construção teórico-metodológica que visava fornecer instrumentos para as comparações no campo da afetividade sob a prerrogativa da ordem social.

Após a apresentação da construção do campo da Antropologia das Emoções, é importante esclarecer as relações e o diálogo dessa área com a Arquivologia e os arquivos pessoais, tema central do presente trabalho. O estudo das emoções e suas reflexões nos fornecem alguns elementos significativos sobre os sentimentos e o contexto social em que são expressos.

Sabemos que os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade.

Por natureza, os documentos produzidos no ambiente da intimidade estão estreitamente atrelados ao cotidiano da vida de um indivíduo. A produção documental privada expressa em sua estrutura e protocolos o modo de viver de uma época,

evidenciando a necessidade de compreensão para além das lacunas de um tempo que já passou. Assim, o trabalho de pesquisa em arquivos pessoais deve considerar os múltiplos contextos que compõem a gênese documental, o que, conseqüentemente, contribui para a construção do contexto arquivístico. O arquivista holandês Theo Thomassen afirma que a informação contextual possibilita a correta interpretação da informação arquivística:

O contexto sócio-político, cultural e econômico, finalmente, é tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. **Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos.** Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte (THOMASSEN, 2006, p.11, grifo do autor).

Desta forma, a informação contextual a que Thomassen se refere é fundamental para o entendimento da importância da capacidade que os documentos têm em representar a atividade que os originou.

A pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2016), na apresentação do Dossiê da Revista Resgate dedicado à Memória e Arquivo, apresenta as relações entre pesquisa e arquivos, e contrapõe os olhares do arquivista e do usuário como duas modalidades de abordagem dos documentos, simultaneamente complementares e antagônicas. Camargo delimita assim o papel do arquivista em relação a elas:

A primeira delas é a do profissional que identifica, descreve e disponibiliza os arquivos para um público indefinido de usuários. Tais atividades supõem não apenas um profundo conhecimento da entidade produtora, mas a procura dos vínculos necessários entre os itens documentais remanescentes de seu funcionamento ao longo do tempo. O trabalho do arquivista está centrado, pois, na busca do sentido original desse processo de acumulação, sem qualquer preocupação com o caráter polissêmico que a leitura dos documentos invariavelmente sugere (CAMARGO, 2016, p.6).

Tanto Theo Thomassen como Ana Maria Camargo chamam a atenção para a importância da correta interpretação do contexto arquivístico, e da busca pelos vínculos que compõem o sentido original do arquivo, pelo primeiro pesquisador dos documentos: o arquivista.

Diferentemente de uma empresa ou órgão, que possui uma missão (e objetivos delimitados em função disso), o indivíduo, em sua relação com a sociedade, atua entre o público e o privado, cuja regulamentação da produção de seus documentos é marcada pelo contexto e pelas normas sociais.

Partindo dessas indagações, damos um pontapé inicial nas reflexões em torno da pesquisa e da descrição arquivística, com vistas a abordar interdisciplinarmente com base na Antropologia das Emoções.

3 EMOÇÕES NO CÁRCERE: O ARQUIVO LÚCIA VELLOSO MAURÍCIO

Em maio de 2009, o projeto *Memórias reveladas* realizou o edital público de “Chamamento de Acervos 001/2009” que visava sensibilizar a sociedade brasileira para a necessidade de doação de acervos sobre o período militar. Este edital possibilitou, em 2010, a chegada de diversos arquivos pessoais de militantes e ex-presos políticos ao Arquivo Nacional. Dentre os acervos recebidos, encontrava-se o de Lúcia Velloso Maurício, objeto de análise deste artigo.

Em abril de 2010, uma equipe técnica do Arquivo Nacional esteve na residência de Lúcia Velloso Maurício⁷, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Essa visita técnica era o início do processo de doação do seu arquivo pessoal, que ingressou no Arquivo Nacional no mesmo ano, sendo organizado e disponibilizado em 2012 por meio de um instrumento provisório publicado.

Neste instrumento provisório, nos campos referentes à descrição do acervo, o estágio de tratamento do arquivo é descrito como identificado e o sistema de arranjo é descrito como:

O trabalho de identificação do acervo foi feito mantendo-se a ordenação original em que se encontravam os documentos, acondicionados em pastas e envelopes. Grampos metálicos foram retirados, e pastas de plástico foram substituídas por fôlderes de papel alcalino (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p.7).

O arquivo tem por data-limite o período de 1972-2010. Entretanto, os documentos que compõem o acervo concentram-se especialmente no período em que Lúcia esteve presa na Vila Militar (1971-1974), onde escreveu cerca de 200 cartas para família, amigos, ex-colegas de prisão e, principalmente, para Alex Polari Alverga, seu namorado e futuro

⁷ Lúcia Velloso Maurício nasceu em 1º de setembro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Hélio Vecchio Alves Maurício, um médico da Marinha, e Déa Velloso Maurício, uma especialista em Educação. Em 1967, Lúcia passou a estudar no Colégio André Maurois. Lá, entrou em contato com o movimento estudantil, no qual acabou ingressando em 1968-69. A partir da sua participação no COSEC, uma articulação do movimento estudantil, Lúcia conheceu o seu marido.

marido. Após a sua libertação, em 1974, ela manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com o processo de anistia.

No período em que ficou presa, Lúcia trocou correspondências com Alex sistematicamente. Algumas dessas cartas foram publicadas em forma de livro, em 2015, sob o título *Cacos de Sonhos: cartas de uma ex-prisioneira militar (1971-1974)*.

As cartas escritas no período prisional revelam o modo de viver e se relacionar no cárcere, o cotidiano, o artesanato, as angústias, a necessidade de ser compreendida pelos familiares e os altos e baixos de seu relacionamento com Alex Polari Alverga⁸.

O entendimento do contexto em que o produtor se insere no momento da produção é fundamental para o tratamento documental de arquivos pessoais. O conhecimento da trajetória do produtor, seus meios de inserção e suas motivações oferecem indícios ao arquivista sobre qual metodologia utilizar nesse processo, qual tipo de arranjo adotar e até mesmo de que forma descrever o acervo em questão.

A introdução de um indivíduo no ambiente da prisão representa o deslocamento de um espaço social que o definia como cidadão para outro, que o afirmará como delinquente, transgressor ou, utilizando um termo usual no período militar, terrorista.

O autor canadense Erving Goffman, pertencente à Escola Sociológica de Chicago, dedicou-se a analisar as regras e o impacto social em indivíduos⁹ na situação de manicômios, prisões e conventos. Para o autor, o espaço – a instituição – é fundamental para se entender tais casos:

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974, p.11).

⁸ Alex Polari Alverga foi companheiro, namorado e marido de Lúcia. Foi preso quatro meses antes dela e ambos mantinham uma correspondência sistemática no período em que estiveram presos. Lúcia, após a sua libertação, em 1974, manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com a anistia.

⁹ Goffman (1974) compreende um rompimento tão devastador entre a concepção de mundo e de si mesmo do indivíduo após a internação em uma instituição total, que prefere falar na *mortificação do eu*.

O conceito de instituições totais proposto pelo sociólogo refere-se à necessidade de operacionalização de uma lógica disciplinar que horizontaliza as ações e atividades desempenhadas pelos indivíduos. Nesse sentido, o cárcere permeia as cartas de Lúcia Velloso Maurício, ou seja, o contexto cria uma lógica, a partir de novas atividades e novas ações presentes, inclusive na produção documental.

O impacto do cárcere na produção documental em contexto prisional reflete-se em marcas e características que permeiam os padrões de escrita criados em razão do contexto em que a produtora estava inserida. Enquanto presa política, Lúcia tinha suas cartas cotidianamente censuradas pelos órgãos de repressão. Por esse motivo, criou alguns mecanismos de defesa, visando evitar que seus escritos não fossem entregues ou desaparecessem sem motivos explicados. De acordo com Clarice Nunes (2015: 26), “a missivista criou, com a cooperação dos destinatários, sua própria tática de controle” e construção de suas cartas, para que pudessem obedecer e passar pelo grosso controle da censura:

Agora praticamente o único dia real de repressão é quando lhe escrevo. Tanto tem sido nesses últimos meses que **tenho sentido grilos reais com a censura no sentido de que eu me autocensuro para lhe escrever, e isso é terrivelmente desgastante** (Carta de Lúcia para Alex – 15/04/74, grifo nosso).

Indivíduos inseridos em contextos restritivos possuem o claro entendimento dos limites de sua produção documental. O contexto da gênese documental indica as ações e atividades que motivaram a produção dos documentos. Nesse sentido, isso se aplica também às cartas que atuam como veículos representantes da sociabilidade entre indivíduos. Esses registros da intimidade e das relações pessoais e familiares são complexos e apresentam alguns elementos formais padronizadores. Para Oliveira, as cartas apresentam:

(...) características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas (OLIVEIRA, 2016, p.5).

Nesse sentido, é possível entender que as cartas são registros que podem transmitir informações de diversas naturezas entre os interlocutores das missivas. E a ação que motiva a produção de uma carta pode inclusive ser a necessidade de manifestar um sentimento. Para a Antropologia das Emoções,

Saudade, tédio e esperança, assim, entre outros sentimentos, expressam uma maneira de o indivíduo relacionar-se com a temporalidade, reanimando um passado, debatendo-se com o presente, apostando no futuro. Esta perspectiva mostra o quanto estes sentimentos, embora possam ser vivenciados por sujeitos específicos como gerados por momentos particulares de suas histórias de vida pessoais, são ainda assim tributários de gramáticas compartilhadas de natureza sociocultural (REZENDE; COELHO, 2010, p.69).

Dentro desta perspectiva, a arquivista Laura Millar (2006) analisou a relação entre arquivos e memória, enfatizando a relação entre memória individual e memória coletiva. Millar propõe que, na atividade de recordar aquilo que é significativo, dispomos de uma coleção mental de impressões, reminiscências e memórias. Os registros físicos que criamos e os arquivos que mantemos intencionalmente para nos lembrarmos de uma ocasião ou acontecimento da vida podem auxiliar a lembrar e a partilhar essas memórias com outros. Segundo a autora, devemos entender os documentos como ferramentas para a preservação e a ressurreição de memórias individuais, articuladas como parte de uma identidade comum.

Assim, no que diz respeito à memória individual, as neurociências compreendem que o registro da memória se associa ao ato de sentir, sendo as impressões emocionais que ditam aquilo que lembramos e o que esquecemos.

O Arquivo Lúcia Velloso Maurício, objeto de estudo deste trabalho, possui elementos que evidenciam a necessidade de expressão de emoções nas correspondências trocadas. Identificamos nesses documentos marcas e características individuais que permitem entendermos os padrões e regulamentos sociais criados pelo contexto em questão. A seguir, podemos destacar algumas.

A *extensão das missivas* - de acordo com as normas das prisões militares, as cartas não podiam ultrapassar duas páginas.

Olha, acho que já deu para encher a paciência de vocês, e o espaço permitido (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 1971).

Outra característica são as cartas como *veículos culturais* - as missivas transitam

repletas de trechos de livros, de letras de músicas e poemas.

Esse não-sei-o-quê que estou mandando é um dos tipos de presente que nós podemos mandar, misto de cartão com presente. O que interessa é que a gente mande alguma coisa feita por nós dentro das nossas possibilidades. As letras das músicas transmitem o que nos provoca as maiores emoções, trazem saudade, felicidade ou tristeza (Lúcia para Silvio, 29 dez. 1972).

As Marcas da censura - as cartas contêm rabiscos feitos em decorrência da censura, seja de trechos inteiros ou apenas algumas palavras. Lúcia, quando riscava ou rasurava suas cartas, sempre abria um parêntese e colocava que foram de sua autoria.

Recebi sete cartas suas essa semana. Anteriormente já tinha (esses rabiscos são meus) quatro: de 14/11, 21/11, 26/11, 6/12 e 12/12. (Lúcia para Alex, 25/02/1974).

Ausência de nomes - os nomes quase nunca são mencionados, inclusive das pessoas envolvidas em suas redes sociais; a presença de apelidos é constante.

Pessoas que infelizmente hoje a gente pode dizer que se amaram até que a morte as separou. Pessoas que queriam ter filhos e que não podiam ou pessoas que tinham filhos amados e distantes (Carta de Lúcia para Alex, 30 jan. 1972).

Nesse trecho, Lúcia fala sobre dois importantes militantes, Iara Lavelberg e Carlos Lamarca, sobre os filhos dele e a vontade dela de ter filho; eles eram amigos de Lúcia e Alex.

Existência de *referências veladas* - essa expressão é utilizada por Lúcia em momentos em que precisa transmitir alguma informação sigilosa de forma disfarçada, fornecendo algumas pistas.

Adorei receber a fotografia; realmente não tenho mais outra cópia; tive que rasgá-la quando o Alex foi preso. **Com aquela antiga cópia, rasguei junto muitas cartas, que ele me escrevera**, e todas as lembranças se acenderam na minha cabeça, à medida que eu ia destruindo suas palavras, poesias e fotografias (Lúcia para Rosa e Ivan, 7 nov. 1971 – grifo nosso).

Nessa carta enviada a Rosa e Ivan, respectivamente cunhada-prima e irmão de Alex, Lúcia faz uma referência velada para garantir que havia rasgado uma carta que recebera de Alex, quando este já estava preso e ela ainda em liberdade.

A intimidade em cartas compartilhadas - o ato da correspondência é uma ação de circulação compartilhada apenas entre autor e destinatário. No entanto, as cartas de Lúcia

foram produzidas para serem lidas por todos. Desde o momento de elaboração da carta, a autora e seus correspondentes sabiam que suas palavras seriam lidas pela censura. Mas essas cartas também eram compartilhadas com o grupo; é comum relatarem que foram lidas pelos seus companheiros de prisão, e algumas delas contam inclusive com opiniões e trechos destinados a outras pessoas da cela.

A Rute e a Zê mandaram avisar que também querem participar da polemica sobre o nome do Neném. E avisa para o Alex que, se ele também entrar na discussão, para ele ir se preparando para entrar pelo cano, porque além de vencermos em quantidade, somos quatro, vencemos em qualidade, porque somos do sexo “frágil” e estamos no CIG (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 17).

As cartas eram compartilhadas e as histórias vivenciadas além das grades eram divididas entre as companheiras de cela. Pode-se observar isso nas inúmeras cartas em que as presas discutem possíveis nomes para o bebê que Rosa esperava.

O artesanato é fundamental no ato de presentear - durante o período de prisão, o artesanato era algo cotidiano e servia tanto para distrair como para presentear. O compromisso pessoal em oferecer “presentes” aos entes queridos, presos ou não, em ocasiões específicas como Natal, Ano Novo e aniversários, permitiu que grande parte destes objetos estivessem nos arquivos. Vale ressaltar que, no arquivo de Lúcia, encontramos cartões, bilhetes, marcadores de livros, desenhos e livros feitos pelos próprios detentos e detentas, todos manuais e nomeados como presentes. Também localizamos referências às bolsas, cartões, cachecóis e sapatinho de lã.

O artesanato era disseminado através das próprias transferências e tinha certo caráter terapêutico em duplo sentido: no fazer e no se relacionar, porque boa parte destes produtos eram presentes confeccionados para as mais variadas pessoas. As cartas também mostram festas: de aniversário, Natal, Ano Novo e qualquer coisa (MAURÍCIO, 2015, p.16).

As menções a esses objetos e presentes que acompanhavam as cartas, e que também estão presentes no arquivo, são importantes referências para a representação arquivística, em especial para a identificação de tipologias documentais e indexação.

Expressões de classe - o termo “companheiro” é corriqueiro e aparece sempre relacionado às pessoas ligadas ao movimento. Outras expressões também são recorrentes, como “P.B” (pequeno burguês) e “coletivo” (em referência ao conjunto de presas na mesma cela). Essas expressões significam um pertencimento a um determinado grupo que

se utiliza de expressões de entendimento comum.

Querer estabilidade em nossa vida é ilusão. Independente de qualquer escolha, nunca teremos estabilidade. E almejar condições de estabilidade total para poder oferecer a um filhotinho, é vício p.b. (Carta de Lúcia para Alex, 27 jun. 1973).

Nessa pesquisa, preocupou-se em observar no arquivo de Lúcia Velloso Maurício características próprias em suas cartas que possibilitassem ao arquivista oferecer maior número de informações relevantes ao seu usuário. Potencializar os arquivos é uma tarefa de suma importância para o profissional arquivista contemporâneo. Assim, o trabalho de pesquisa não deve ficar restrito somente aos documentos em si. É necessário realizar uma pesquisa e uma análise exploratória em instrumentos como livros, entrevistas, jornais, artigos etc. O diálogo com outras áreas do saber também auxilia o profissional. No âmbito deste trabalho, mostramos como as reflexões em torno da Antropologia das Emoções possibilitaram entender a escrita como algo social, onde esta reflete e é condicionada ao contexto em que está inserida.

Em conjunto, esses documentos, ancorados em seu contexto de produção, representam o seu produtor desde o seu íntimo até as suas relações de sociabilidade. Assim, sua correta identificação e adequado tratamento são de fundamental importância para potencializar o acesso e oferecer práticas arquivísticas cada vez mais refinadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo deste trabalho apresentar os possíveis diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções no tratamento dos arquivos pessoais. Nesse percurso, elencamos características próprias de arquivos produzidos em contextos de exceção, ou seja, em situação de cárcere durante a ditadura militar brasileira.

Como objeto de análise, utilizamos o Arquivo Lúcia Velloso Maurício, custodiado no Arquivo Nacional. Ressaltamos a importância de trabalhos e pesquisas dedicados aos arquivos pessoais que ainda carecem de esforços teóricos para a sua devida representação e acesso. Para além, ressaltamos a importância dos aportes da Antropologia das Emoções, especialmente em arquivos que possuem correspondências, que podem fornecer subsídios

não apenas para a interpretação das gramáticas sociais e sua vinculação com o contexto de produção, mas, também, para a elaboração de conceitos para vocabulários controlados.

O nosso intento durante todo o desenvolvimento deste trabalho foi mais do que apresentar teorias e abordagens sociológicas no que diz respeito a emoções. Buscamos traduzir de que forma o entendimento das expressões de sentimentos, como gramáticas sociais, confere ao arquivista um conhecimento ímpar. Conhecimento esse que pode auxiliá-lo no processo de representação desses contextos e ações no desempenho das funções arquivísticas e no tratamento dos arquivos pessoais.

Sentir com a mente. Pensar em emoções. Parecem afirmações díspares quando construímos nossas práticas e o nosso modo de fazer arquivístico sempre pautados em uma forma de pensamento formal, que busca oferecer instrumentos, mas que, cada vez mais, se preocupa em realizar críticas sem propor alternativas.

Reforçamos, segundo Maria Odila da Fonseca (2005, p.97) que a Arquivologia cresce e reforça seu *status* de ciência a partir da interdisciplinaridade. E, assim, reconhecer as especificidades de cada conjunto documental e propor-se a oferecer o tratamento arquivístico que melhor se encaixe no reconhecimento de seus contextos e preservação de seus vínculos. Esse é o caminho que acreditamos ser o horizonte para o arquivista como um profissional pesquisador.

ANTHROPOLOGY OF EMOTIONS IN PERSONAL ARCHIVES: INTERDISCIPLINARITY AS AN INSTRUMENT

ABSTRACT

The present work seeks to build an interdisciplinary dialogue between the Archivology and the Anthropology of Emotions in order to potentiate the ways of thinking the personal archives. The knowledge offered by the theoretical contributions of the Social Sciences on emotions instrumentalizes the archivist in the understanding of the affective grammars so recurrent in the intimate documents. A personal archive is the record created by an individual to organize his life in society and will invariably present his affections, dislikes and expressions of feelings. We also consider that in addition to housing the many personas of the producer, a personal archive is a product of the context in which the producer was inserted at the time of documentary production. From these parameters we understand that files produced in contexts limited by the insertion of the producer in restrictive or exceptional spaces deserve a delimitation and an appropriate treatment. In order to relate

the proposed questions, we used as an object of analysis the archive Lucia Velloso Maurício, imprisoned between 1971- 1974 during the period of the Brazilian Military Dictatorship.

Keywords: Archival Science; Personal Archives; Anthropology of Emotions.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, 51)

_____. **Fundo Lúcia Velloso Maurício**: instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 17p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/ServicosAoCidadao/Instrumentos_Pesquisa_PDF/Lucia-veloso-final-16-de-out.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Relatório de visita técnica**: Acervo Lúcia Velloso Maurício. Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2010. 4p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.201-208, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009.

_____. Arquivos e pesquisa. **Resgate**, v.24, n.2, p.5-6, 2016.

_____.; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

DA MATTA, Roberto. Comentário. In: **Documentos privados de interesse público**: o acesso em questão. São Paulo: IFHC, p.57-64, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.45, p.40-57, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

KAPLAN, Elisabeth. 'Many paths to partial truths': archives, anthropology, and the power of representation". **Archival Science: International Journal on Recorded Information**, p.209-220, 2002.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista [set. 2013]. Entrevistadoras: Icléia Thiesen e Priscila Cabral Almeida. Laboratório de História Oral, Informação e Documentação. Rio de Janeiro, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, p.37-184, 1974.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v.61, p.105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A propósito da carta de Mário. In: FREITAS, Lúcia S. de (Org.); FONSECA, Vitor M. M. da (Org.); LIMA, Marcia H. T. de F. (Org.). **Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações**. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4.) No prelo.

_____. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

_____. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, v.12, n.2, p.28-51, jul/dez., 2013.

_____. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 136 p.

ROSALDO, Michelle. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R. (Org.); LEVINE, R. (Org.). **Culture theory: essays on mind, self and emotion**. Cambridge: Cambridge University, p. 137-157, 1984.

SIMMEL, Georg. Sociology of space. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, p.75-112, 2013.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, p.516, 2006.

Trabalho recebido em: 06 mar. 2018

Trabalho aceito em: 14 mar. 2018
